

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DIGITAL: LETRAMENTO DIGITAL NO CONTEXTO DO PROJETO ESCOLA TECH

Isolina Bôto Corrêa

Resumo: Este artigo explora a integração do letramento digital na educação, destacando a importância das políticas públicas e a implementação do Projeto Escola TECH em escolas públicas de Aracaju. Inicialmente, abordou-se a evolução do conceito de letramento, que agora inclui a capacidade crítica de interpretar e interagir com informações digitais. As teorias de Buckingham (2006) e Freire (1989) enfatizam a importância da leitura crítica e contextual. Já Kenski (2012) e Moran (2006) destacam que as tecnologias digitais na educação aumentam o engajamento e preparam alunos para a sociedade digital. Este artigo apresenta a Lei 14.533 de 2023, que estabelece a Política Nacional de Educação Digital (PNED), promovendo uma atitude crítica, ética e responsável as mídias digitais. Nesse panorama, o Projeto Escola TECH é apresentado como uma iniciativa prática para reduzir a exclusão digital, fornecendo infraestrutura tecnológica e formação contínua, modernizando a educação pública.

Palavras-chave: Letramento digital. Políticas públicas. Projeto Escola TECH. Inclusão digital.

PUBLIC POLICIES AND DIGITAL EDUCATION: DIGITAL LITERACY IN THE CONTEXT OF THE ESCOLA TECH PROJECT

Abstract: This article explores the integration of digital literacy in education, highlighting the importance of public policies and the implementation of the Escola TECH Project in public schools in Aracaju. Initially, the evolution of the concept of literacy was embroidered, which now includes the critical ability to interpret and interact with digital information. The theories of Buckingham (2006) and Freire (1989) emphasize the importance of critical and contextual reading. Kenski (2012) and Moran (2006) highlight that digital technologies in education increase engagement and prepare students for the digital society. This article presents Law 14,533 of 2023, which establishes the National Digital Education Policy (PNED), promoting a critical, ethical and responsible attitude towards digital media. In this panorama, the Escola TECH Project is presented as a practical initiative to reduce digital exclusion, providing technological infrastructure and continuous training, modernizing public education.

Keywords: Digital literacy. Public policies. TECH School Project. Digital inclusion.

Introdução

Nos últimos anos, o avanço tecnológico tem transformado diversas áreas da sociedade, incluindo a educação. No Brasil, não poderia ser diferente e nem ser excluído de tal avanço, já que o letramento digital emerge como um componente crucial para o desenvolvimento de competências necessárias ao século XXI, onde a capacidade de interagir com informações digitais tornou-se essencial. Este artigo aborda a integração do letramento digital no contexto educacional, focando nas políticas públicas e no impacto do Projeto Escola TECH.

Diante disso, o conceito de letramento digital vai além da simples habilidade de ler e escrever em formatos digitais. Ele envolve a capacidade de compreender, analisar criticamente e interagir com informações em ambientes digitais, promovendo uma postura ativa e crítica dos indivíduos em relação ao conteúdo consumido. No ambiente escolar, essa competência é, indubitavelmente, fundamental para formar cidadãos capazes de navegar de maneira ética e informada em um mundo cada vez mais conectado.

Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Digital (PNED), instituída pela Lei 14.533 de 2023, representa um marco significativo na educação brasileira ao promover a inclusão digital e a formação de estudantes e profissionais da educação. Essa política visa reduzir a exclusão digital e garantir que todos os participantes do processo educacional estejam equipados com as habilidades necessárias para prosperar em um mundo digital. Além disso, o Projeto Escola TECH, implementado nas escolas públicas de Aracaju, serve como um excelente exemplo de como essas políticas podem ser aplicadas na prática. Ao fornecer infraestrutura tecnológica e treinamento contínuo para estudantes e professores, o projeto demonstra os benefícios tangíveis da integração da alfabetização digital ao sistema educacional. Essa iniciativa não apenas aprimora o ambiente de aprendizagem, mas também garante que as escolas públicas municipais possam oferecer oportunidades educacionais comparáveis às de instituições privadas.

Diante desse cenário, este artigo explora os fundamentos teóricos do letramento digital, apresentando sua importância nas questões pedagógicas e a necessidade de sua implementação. Além disso, discute sobre a necessidade do novo momento tecnológico de políticas públicas de edu-

cação digital no Brasil e apresenta um Projeto Escola TECH, introduzido na rede municipal da capital de Sergipe, Aracaju, destacando seus benefícios e áreas de melhoria. Ao final, busca-se compreender como a educação digital pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e engajados, capazes de utilizar as tecnologias de maneira responsável e transformadora.

Letramento Digital e Leitura Crítica

Na etimologia do verbo “ler”, há uma riqueza de significados. Segundo o sentido literal, registrado no dicionário, “ler” remete a “ajuntar, colher e, conseqüentemente, encontrar” (Dicionário escolar, MEC, p. 556). Dessa forma, compreende-se que tanto a leitura quanto a escrita são atos que envolvem a subjetividade do indivíduo, estabelecendo uma interação constante entre o sujeito e aquilo que está diante de seus olhos.

No contexto contemporâneo, o letramento digital se apresenta como uma evolução necessária dessa capacidade de ler e interpretar o mundo, especialmente com o avanço das tecnologias digitais. Segundo Buckingham (2006), o letramento digital “refere-se não apenas à capacidade de ler textos em formato digital, mas também de compreender, analisar criticamente e interagir com informações em ambientes digitais” (p. 52). Essa abordagem torna-se especialmente relevante no ambiente escolar, onde a promoção de uma leitura crítica vai além da simples decodificação de palavras. Ao integrar o letramento digital com iniciativas como o Projeto TECH, torna-se possível expandir essa habilidade, abordando ferramentas digitais que facilitam a interpretação de conteúdo online, além de promover o aprendizado colaborativo e a autonomia do aluno.

Sob essa ótica, Infante (2000, p. 57) diz que “é o meio pelo qual adquirimos informações e desenvolvemos reflexões críticas sobre a realidade”. Essa perspectiva ressalta que aprender a ler não é um processo finito, mas um esforço contínuo e vitalício. À medida que os indivíduos encontram textos escritos mais complexos, eles devem desenvolver e refinar continuamente suas habilidades de leitura. Esse processo envolve não apenas decodificar palavras, mas também compreender e se envolver criticamente com diversas formas de informação. Conseqüentemente, a leitura evolui para uma habili-

dade multifacetada que se expande em profundidade e amplitude à medida que as competências de alguém crescem, permitindo que os indivíduos.

No entanto, a falta de um letramento crítico impede que o leitor interprete plenamente as mensagens, tornando-o passivo diante do texto, apenas um decodificador de palavras. Essa passividade limita sua capacidade de criar novas mensagens e de compartilhar interpretações, essencial no letramento digital, que exige uma postura ativa e crítica. Isso porque houve um momento na história da leitura em que “ler” significava simplesmente pronunciar em voz alta as letras grafadas no papel. Durante muito tempo, o processo de leitura era feito de forma mecanizada, desvinculado de contextos mais amplos. Hoje, porém, teorias contemporâneas reconhecem o ato de ler como atribuição de sentido, uma prática social e digital.

O conceito de leitura, assim, é abrangente. De um lado, existe a concepção mecânica da decodificação de signos linguísticos, muito presente no método behaviorista. Esse método, por meio de um aprendizado condicionado de estímulo-resposta, dá ênfase aos aspectos gráficos da escrita, com uma ideia rígida de prontidão da leitura (ler bem e rápido, sem interagir). Do outro lado, a perspectiva cognitivo-sociológica vê a leitura como processo de compreensão, envolvendo componentes emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos e, também, sociais e culturais.

Ainda sobre os aspectos cognitivo-sociológicos, Ferreiro (1986) acrescenta que, além dos elementos do “quem aprende” e “quem ensina”, há a natureza do objeto de conhecimento envolvido na leitura. Para ela, é mais relevante considerar o que o aluno já sabe, incluindo o conhecimento trazido do meio social. Freire (1989), por sua vez, propõe que a leitura começa na compreensão do contexto:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (p. 9).

Foucambert (1994) complementa que ler é formular um juízo sobre o texto, explorando-o em busca de respostas que gerem ação crítica. Nesse sentido, o letramento digital potencializa esse processo ao colocar o leitor

em contato com diferentes pontos de vista e múltiplas fontes de informação online, incentivando a autonomia interpretativa e a capacidade de questionamento do aluno no mundo digital. Com uma vasta quantidade de informações disponíveis na internet, os leitores são constantemente desafiados a discernir entre informações confiáveis e não confiáveis, desenvolvendo assim habilidades críticas mais sofisticadas. Além disso, o letramento digital envolve a capacidade de navegar por diferentes formatos de mídia, como vídeos, infográficos e redes sociais, cada um exigindo diferentes estratégias de leitura e compreensão. Essa exposição é uma variedade tão ampla de conteúdos e perspectivas que não apenas enriquece a experiência de leitura, mas também promove um engajamento mais profundo e reflexivo com o material. Assim, os alunos se tornam leitores mais críticos e independentes, capazes de formar suas próprias opiniões e tomar decisões informadas com base em uma análise criteriosa das informações disponíveis.

Destarte, a evolução do conceito de leitura, desde suas origens etimológicas até as demandas contemporâneas do letramento digital, reflete a complexidade e a profundidade desse processo. Isso porque a leitura vai além da simples decodificação de palavras, envolvendo a atribuição de sentido e a interação crítica com os textos e contextos diversos. Por isso, a integração do letramento digital na educação, exemplificada por iniciativas como o Projeto Escola TECH, mostra-se crucial para preparar os alunos para os desafios do mundo digital. Este novo paradigma educativo não apenas facilita o acesso à informação, mas também promove uma postura crítica e ativa entre os estudantes, capacitando-os a discernir e avaliar múltiplas fontes de informação.

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas como a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e a aplicação prática dessas políticas nas escolas públicas de Aracaju enfatizam a importância de um esforço contínuo e colaborativo para reduzir a exclusão digital e modernizar a educação. Com esse contexto, os alunos desenvolvem competências digitais essenciais, tornando-se leitores independentes e críticos, capazes de navegar de forma eficaz em um ambiente digital complexo. Ademais, a abordagem cognitivo-sociológica, defendida por teóricos como Freire e Ferreiro, ressalta a importância de considerar o contexto social e cultural do aluno,

promovendo uma educação mais inclusiva e significativa. Em suma, o letramento digital, ao conectar os alunos com diferentes pontos de vista e fontes de informação, potencializa o desenvolvimento de habilidades críticas, transformando a educação em um agente vital na formação de cidadãos informados e participativos.

Portanto, ao considerar a leitura como uma prática multifacetada e evolutiva, que abrange tanto aspectos tradicionais quanto digitais, proporciona-se alunos leitores críticos para os desafios do século XXI. Esse conjunto, a leitura crítica e o letramento digital, é ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e informada, onde todos têm a oportunidade de participar ativamente e de formar consciente.

Políticas Públicas e Educação Digital

A Constituição Federal, em seu Título II (artigos 5º a 17), aborda os direitos fundamentais, mas nem todos os direitos declarados são considerados fundamentais, e outros, não explicitamente declarados, podem ser. Essa complexidade deriva da necessidade do Direito Constitucional de refletir sobre as transformações sociais e históricas, evitando-se uma interpretação. Muitos pesquisadores consideram que os direitos fundamentais podem ser implícitos, decorrentes do princípio da dignidade humana, cuja definição é dinâmica e acompanha as mudanças da sociedade e dos valores humanos.

Sendo assim, a dignidade humana transcende a mera sobrevivência física, englobando um mínimo existencial sociocultural, que inclui as condições básicas para a participação social. Como a dignidade, os direitos fundamentais adaptam-se às necessidades e aos desafios da sociedade. Com o avanço das tecnologias e a rapidez na transmissão de informações, tanto indivíduos quanto o Estado precisam se adaptar. Enquanto os cidadãos têm a liberdade de decidir sobre o uso de novas tecnologias, a Administração Pública deve se guiar pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência, sendo a eficiência essencial para incorporar tecnologias que promovam um serviço público mais adaptado e dinâmico.

À vista disso, a Lei 14.533, sancionada em 2023, marca um importante avanço na educação brasileira ao estabelecer a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Esse marco legal busca integrar o ambiente digital ao currículo educacional, reforçando a inclusão e a capacitação digital de estudantes e profissionais da educação, adaptando-se às exigências contemporâneas da nova era digital. Conforme explicitado no texto da PNED, a política “visa promover a inclusão digital, a formação e especialização em habilidades digitais e a pesquisa e desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)” (Lei n.º 14.533, 2023). A inclusão digital, um dos principais eixos da política, tem como objetivo preparar cidadãos para atuar de forma consciente e responsável em uma sociedade cada vez mais conectada. Segundo o artigo 3º, a educação digital compreende não apenas o domínio técnico de ferramentas digitais, mas também o desenvolvimento de uma “atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais” (Lei n.º 14.533, 2023).

Essa política responde a uma necessidade emergente no Brasil: a de formar cidadãos com competências tecnológicas que lhes permitam tanto acessar quanto produzir conhecimento de maneira autônoma e crítica. Sobre isso, o Ministério da Educação destaca que a PNED “não apenas instrumentaliza alunos e professores com o uso de tecnologias digitais, mas amplia as possibilidades de inclusão e equidade educacional, contribuindo para a redução das desigualdades sociais” (Brasil, 2023). Em outras palavras, a Lei 14.533 se mostra essencial para que o sistema educacional brasileiro atenda aos requisitos de uma educação moderna e inclusiva, que valoriza o desenvolvimento de habilidades digitais como uma forma de integração social e cidadania ativa.

Em síntese, as políticas públicas de educação digital no Brasil são fundamentais para promover a inclusão e o preparo crítico dos cidadãos. Para o Ministério da Educação, o letramento digital não se restringe à capacidade de ler e navegar em plataformas digitais; ele “envolve o desenvolvimento de habilidades críticas para avaliar a confiabilidade das informações” (Brasil, MEC, 2023, p. 12). Buckingham (2006) ressalta que o letramento digital “refere-se não apenas à capacidade de ler textos em formato digital, mas também de compreender, analisar criticamente e interagir com informa-

ções em ambientes digitais” (p. 43), sendo crucial para prevenir os efeitos da desinformação e formar cidadãos capazes de utilizar a informação digital de maneira ética e consciente.

Projeto Escola TECH e Educação Digital nas Escolas

A educação digital, definida na PNED como um direito dos estudantes, inclui o desenvolvimento de uma “atitude crítica, ética e responsável em relação às mídias digitais” (BRASIL, 2023, art. 4º, XII). O Projeto Escola TECH expande essa definição, fornecendo aos estudantes acesso à equipamentos e treinamentos que permitem uma experiência prática e contínua com as tecnologias digitais. Ao utilizar softwares de verificação de fatos e promover a divulgação sobre a confiabilidade das fontes, o projeto fomenta uma atitude reflexiva e autônoma nos alunos, preparando-os para cidadãos críticos e engajados em um contexto de informação abundante e nem sempre confiável.

Como argumenta ferreiro (1986), a formação crítica vai além da decodificação de símbolos, sendo “um processo que envolve a compreensão do contexto e a leitura ativa” (Ferreiro, 1986, p. 32). Em sintonia com essa abordagem, o Projeto Escola TECH desenvolve atividades que incentivam os alunos a contextualizar a informação e a interagir com conteúdos digitais de forma ativa, promovendo um aprendizado digital que vai além das habilidades técnicas.

Esse projeto, Escola Tech, implementado nas escolas públicas de Araçaju, apresenta-se como uma estratégia importante para reduzir a exclusão digital e promover a inclusão educacional no ambiente digital. Ao integrar tecnologias digitais e capacitar alunos e professores para seu uso, o projeto busca garantir que todos os estudantes tenham acesso a ferramentas e conhecimentos essenciais na sociedade contemporânea. A exclusão digital, conforme explica Kenski (2012), “não se refere apenas à falta de acesso a computadores ou internet, mas também à ausência de competências para navegar e ativar no universo digital de forma crítica e autônoma” (p. 45). Assim, a Escola Tech, ao fornecer infraestrutura e formação digital, atenua essa lacuna ao capacitar os estudantes para a vida social e profissional no contexto da modernidade digital do século XXI.

Com o objetivo de equipar todas as escolas municipais da capital com ferramentas tecnológicas avançadas, esse programa promove melhorias significativas na relação entre ensino e aprendizagem, além de fortalecer a segurança nas unidades escolares e ampliar a inclusão digital dos alunos. A iniciativa visa reduzir ainda a desigualdade educacional, nivelando a rede pública às instituições particulares. Para alcançar essas metas, o programa implementa as seguintes ações:

- Equipamento das salas com displays interativos.
- Instalação de câmeras de reconhecimento facial.
- Acesso a sistemas inovadores, como a inteligência artificial (IA).

Com essas medidas, as escolas municipais de Aracaju estão se integrando a um movimento inovador e tecnológico, oferecendo condições educacionais equivalentes às escolas particulares. Além disso, o programa leva em consideração todos os envolvidos no processo de aprendizagem, incluindo professores, alunos e administradores, garantindo que todos se beneficiem dos avanços. Essa abordagem abrangente não apenas melhora a qualidade da educação, mas também promove a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os alunos. Para isso, foram ofertados:

- Distribuição de 800 displays para os alunos.
- 25 mil notebooks.
- Orientação sobre o uso desses dispositivos.
- Treinamento de professores em novas práticas pedagógicas.

Essas ações são de grande relevância, pois, conforme Kenski (2012), “[...] o uso de tecnologias digitais na educação não apenas facilita o processo de aprendizagem, mas também potencializa o engajamento e a motivação dos alunos, adaptando a escola ao contexto atual de alta conectividade” (pág. 78). Com essas inovações, as escolas municipais de Aracaju buscam criar um ambiente de aprendizado que valorize e respeita as habilidades digitais dos estudantes, capacitando-os para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais digital, ao mesmo tempo, em que incorpora novas práticas pedagógicas ao movimento de aprendizagem.

Esse esforço de inovação e inclusão é essencial, conforme pensado por Moran (2006), para que o sistema educacional acompanhe as mudanças sociais e as novas formas de aprendizagem que emergem com o uso de tecnologias. De acordo com Moran, “[...] a escola deve preparar o aluno para ser um cidadão ativo e participativo na sociedade digital” (p. 102). Além disso, Moran e Masetto (2006) ressaltam que “a tecnologia amplia o horizonte de conhecimento e contribui para a formação de competências essenciais ao exercício da cidadania” (p. 98). Assim, para proporcionar uma aprendizagem mais dinâmica, o programa “Escola Tech” promove a autonomia e o desenvolvimento crítico dos alunos, habilidades fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e engajados.

Considerações Finais

Diante dos avanços proporcionados pela Lei 14.533/2023 e pelo projeto Escola Tech, conclui-se que a integração de tecnologias digitais nas escolas municipais de Aracaju representa um marco essencial para a democratização do ensino e a redução da exclusão digital. Assim sendo, a Política Nacional de Educação Digital (PNED), estruturada com eixos de inclusão e capacitação digital, não apenas objetiva equipar as escolas com ferramentas tecnológicas, mas também promove uma educação que prepara os cidadãos para a sociedade contemporânea, caracterizada pela evolução tecnológica do século atual. Conforme a legislação, a “atitude crítica, ética e responsável” no uso das mídias digitais é fundamental para que os estudantes participem de forma ativa e consciente no ambiente digital (Lei n.º 14.533, 2023).

Sob essa ótica, a análise dos impactos do projeto Escola Tech em Aracaju evidencia como a inclusão de ferramentas tecnológicas avançadas – como displays interativos e sistemas de inteligência artificial – pode transformar a experiência educacional, promovendo um ensino mais inclusivo e acessível. Essa iniciativa reforça a visão de Kenski (2012), segundo a qual “a introdução das tecnologias digitais potencializa o engajamento dos alunos e adapta a escola às novas realidades” (p. 45), um fator determinante para a criação de oportunidades iguais entre escolas públicas e privadas.

Cabe mencionar também que o investimento em infraestrutura e capacitação contínua dos professores é igualmente essencial para assegurar a eficácia desse processo. Afinal, conforme argumenta Moran (2006), “o uso das tecnologias digitais na educação permite que o professor se torne um facilitador do conhecimento” (p. 102), possibilitando aulas dinâmicas e alinhadas com as demandas dos alunos. Assim, o projeto Escola Tech não apenas fortalece a educação digital, mas também promove a cidadania digital e a igualdade de acesso, aspectos fundamentais para o desenvolvimento educacional e social do país. O que se pode dizer, por fim, é que esse programa abre um horizonte para futuras pesquisas sobre o impacto que esse programa trouxe com sua implementação. Sem contar que introduz as escolas municipais de Aracaju na Era do Letramento Digital.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: MEC, 2023.
- BUCKINGHAM, David. *Educação para a mídia: alfabetização, aprendizado e cultura contemporânea*. Cambridge: Polity Press, 2006.
- BUCKINGHAM, David. *Educação para a mídia: alfabetização, aprendizado e cultura contemporânea*. Cambridge: Polity Press, 2006.
- FERREIRO, Emília. *Alfabetização em processo*. São Paulo: Cortez, 1986.
- FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.
- INFANTE, Ulisses. *Introdução à teoria dos signos*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- KENSKI, Vani Moreira. *Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papyrus, 2012.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papyrus, 2006.